



**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ 2023
(DA SRA. CAROLINE DE TONI)**

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, para expor e discutir com o Colegiado o aparelhamento político-ideológico e as violações a acordos e tratados internacionais relacionados a pessoas lotadas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 58, II, da Constituição Federal combinado com o Art. 255 e seguintes do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão, realize-se de Audiência Pública, em data a ser agendada, com a participação dos convidados abaixo relacionados, para discutir com o Colegiado fatos relacionados ao aparelhamento e uso político da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA que podem configurar graves violações a acordos e tratados internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos, aprovada pelo Decreto Legislativo 27/1992 e promulgada pelo Decreto Presidencial 678/1992.

PARA A AUDIÊNCIA, PROponho SEJAM CONVIDADOS:

- Carlos Sanchez Berzain, advogado boliviano, politólogo, diretor do *Interamerican Institute for Democracy-IID*, e autor de vários livros;
- José Augusto Barba Caballero, jornalista, advogado e ex-diplomata peruano;
- Ives Granda Martins, advogado, professor de direito constitucional;





JUSTIFICAÇÃO

A independência e imparcialidade de organizações transnacionais de proteção aos direitos humanos são fundamentais para a fiscalização e execução desses direitos em todo o mundo. No entanto, quando essas organizações são compostas por pessoas comprometidas com uma militância político-ideológica ou recebem financiamento de entidades ligadas a agendas político-partidárias, resta seriamente comprometida essa mesma independência e imparcialidade.

Os acordos e tratados internacionais que estabelecem essas organizações, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e outras, exigem que elas sejam **independentes e imparciais**. Isso significa que essas organizações devem ser capazes de agir sem influência política ou financeira de qualquer entidade ou governo, garantindo que seus relatórios e decisões sejam baseados apenas em evidências e fatos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de acordo com a descrição encontrada em seu sítio na internet, é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. É integrada por sete *membros independentes* que atuam de forma pessoal e tem sua sede em Washington, D.C. Foi criada pela OEA em 1959 e, juntamente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), instalada em 1979, é uma instituição do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH).

Segundo ainda o próprio Regulamento da CIDH, publicado em seu sítio da internet¹, a estrutura da Comissão é dotada de uma Secretaria Executiva com competência de revisar e proferir juízo de admissibilidade sobre as petições de casos apresentadas à Comissão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 15/05/2023 14:39:05.770 - CREDN

REQ n.41/2023

No mesmo Regulamento, há disposição que estabelece os requisitos a serem observados para os postulantes ao cargo de Secretário Executivo, **peessoa com independência e alta autoridade moral, com experiência e trajetória reconhecida na área de direitos humanos.**

Ocorre que recentemente temos visto vir a público algumas denúncias, em especial duas reportagens produzidas pelo jornal Gazeta do Povo², de que os membros e staff da Comissão demonstram publicamente, no exercício de suas funções, um forte engajamento com agendas político-partidárias alinhadas com corrente ideológica da esquerda.

Segundo a reportagem, há um nítido viés na atuação dos membros da Comissão em prol das agendas caras aos partidos de esquerda, em especial a legalização do aborto. Outras pautas como a da ideologia de gênero são apoiadas publicamente nos perfis das redes sociais de membros da comissão e seu staff na Secretaria Executiva. Há também uma destacada proximidade dos membros da CIDH com personalidades de viés de esquerda.

Como exemplo, cito o perfil do Twitter da advogada mexicana Tania Reneaum Panszi³, e que atualmente ocupa a cadeira de Secretária Executiva da entidade, essa se descreve como “jurista feminista”. Suas publicações nas redes deixam explícitas, e sem qualquer constrangimento, as agendas ideológicas de sua preferência.



¹ <http://www.cidh.org/basicos/portugues/u.regulamento.cidh.htm>

² Comissão de Direitos Humanos da OEA abraça causa abortista e se omite sobre abusos do STF. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cidh-da-oea-abraca-causa-abortista-e-se-omite-sobre-abusos-do-stf/>

³ <https://twitter.com/TaniaReneaum>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Compõem ainda o staff da Secretaria Executiva da CIDH vários brasileiros com a função de auxiliar a Secretaria Executiva nos casos apresentados à Comissão⁴. Todos eles possuem perfis nas redes sociais, e com base no conteúdo de suas publicações é possível identificar o mesmo viés de agenda político-partidária de esquerda. São eles Fernanda Alves dos Anjos⁵, Luiz Marcelo Azevedo⁶, Camila de Oliveira Koch⁷ e George Lima⁸.

A mera existência de um grupo de pessoas de mesmo viés político ideológico dentro da Comissão e com atribuição capaz de influenciar nos trâmites dos casos, compromete a independência e a imparcialidade que se espera do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Como exemplo desse viés político, é possível verificar que em uma das postagens da *Assessora Principal para os Comissionados da Secretaria Executiva da CIDH*, a brasileira Camila de Oliveira Koch, é comemorada em postagem do dia 1º de janeiro de 2023 em seu perfil do Twitter os feitos conquistados de 2022. Entre eles, o de *ter tirado o Bolsonaro do poder*⁹.

Importante consignar que dos cinco perfis que curtiram a publicação acima, todos parecem pertencer à mesma corrente ideológica, entre esses, encontramos outro membro do staff da Secretaria Executiva, o advogado George Lima.



Camila
@CamilaKoch

Em 2022 eu
- Comecei a namorar
- Viajei
- Acampeí pela primeira vez
- Acampeí mais vezes porque amei
- Tirei o Bolsonaro do poder
- Finalmente mudei de trabalho

Vem 2023 ❤️

12:48 AM · 1 de jan de 2023 · 90 Visualizações

✕ Marcado como favorito por



Das Gavasso
@DasGavasso
Universitário cansado de se fuder no capitalismo • UNIFESP - Ciências Sociais

Seguir



Leila Vieira
@leivieira
Brazilian Blogger living in LA

Seguir



leo quasi campione d'Italia 🇮🇹
@leoninismo
cirurgião dentista do SUS, gremista e socialista, mestrando PPGSS (Unioeste). @psol50 🌟 🇧🇷

Seguir



Deinha Mendes
@deinhamendes
Diretora Geral do @BuzzFeedBrasil e Conselheira do @Mundoaflores e combato a extrema direita com muito deboche. Ela/She

Seguir



George Lima
@GeorgeLimaDH
Especialista em Direito Int dos Direitos Humanos pela @DerechoUBA. Especialista dos direitos da criança na @CIDH. De Brasília 🇧🇷 em Washington, DC 🇺🇸

Seguir

⁴ Funcionarias y funcionarios <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/pessoal.asp>

⁵ <https://twitter.com/fernandanjos>

⁶ https://twitter.com/LM_Azevedo

⁷ <https://twitter.com/CamilaKoch>

⁸ <https://twitter.com/GeorgeLimaDH>

⁹ <https://twitter.com/CamilaKoch/status/1609396239144976386>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 15/05/2023 14:39:05.770 - CREDN

REQ n.41/2023

Outro membro do staff da CIDH, a brasileira Fernanda Alves dos Anjos, de 2005 a 2015¹⁰, ocupou vários cargos de confiança nas gestões dos governos do PT, chegando à posição de direção na Secretaria da Justiça do Ministério da Justiça do governo da presidente impeachment Dilma Rousseff. Essa proximidade dos membros do staff da CIDH com governos de esquerda atenta contra a imparcialidade da instituição.

Em 2020, o ex-presidente da Comissão Anistia do governo Dilma Rousseff, o brasileiro Paulo Abraão, foi destituído do cargo de Secretário Executivo da CIDH após inúmeras denúncias de uso político da instituição contra o governo brasileiro.

Desde o início do governo Bolsonaro em 2019, teve início na CIDH uma enxurrada de notas públicas críticas contra as políticas do Brasil e a recomendação de adoção de medidas em casos de violações a direitos humanos. A decisão da remoção de Paulo Abraão foi tomada pelo Secretário-Geral da OEA que possui a prerrogativa de nomear e destituir o Secretário Executivo da CIDH.

No que diz respeito ao financiamento da CIDH, cabe registrar que da análise dos balanços financeiros publicados pela entidade¹¹, verifica-se que uma parte considerável de seus recursos provém de ONGs que atuam mundialmente na defesa de pautas de esquerda.

Como exemplo, nos exercícios de 2022 e 2021, a CIDH recebeu mais de 2 milhões de dólares de Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Fundação Ford, Fundação Arcus, e Pan American Development Foundation (PADF). Em exercícios anteriores, encontramos ainda aportes frequentes da Open Society Foundation.

¹⁰ Alguns exemplos vínculos iniciados e encerrados com governos de esquerda no Brasil:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=29/11/2005;>
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=21&data=12/09/2007;>
[https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=17/04/2015.](https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=2&data=17/04/2015;)

¹¹ https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/recursos_financeiros.asp





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 15/05/2023 14:39:05.770 - CREDN

REQ n.41/2023

É notório o fato de que todas essas ONGs possuem forte atuação nas agendas caras aos partidos de esquerda, como a legalização do aborto¹², a ideologia de gênero¹³, o feminismo¹⁴ etc. Sua influência nos relatórios anuais de violação aos direitos humanos publicados pela CIDH é gritante. Suspeita-se de que a elaboração desses documentos – que deveriam ser produzidos a partir de fontes independentes e apartidárias – é hegemonicamente pautada por essas entidades dotadas de viés ideológico-partidário.

Justifica-se, por fim, a necessidade do convite ao advogado especialista em direito internacional e promotor de causas em prol dos direitos humanos na América Latina, o boliviano Carlos Sanches Berzain.

O Dr. Sanchez Berzain é diretor do *Interamerican Institute for Democracy-IID*, entidade em defesa da democracia e dos direitos humanos, é autor de vários livros e artigos na imprensa denunciando violações praticadas por regimes autoritários, como Cuba, Venezuela, Nicarágua e Bolívia.

É de sua autoria artigo que denuncia a responsabilidade de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos no fortalecimento dos regimes não democráticos na América Latina¹⁵. Eis um trecho da denúncia:

[...] Os 64 anos da ditadura cubana são a mais dura e viva indicação do descumprimento das obrigações internacionais de organismos como a ONU, a OEA, o TIAR, o Tribunal Penal Internacional, a Organização Pan-Americana da Saúde, organizações econômicas especializadas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos e muito mais. Milhões de exilados, milhares de presos políticos - atualmente 1.057 -

¹² <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/posts/why-the-future-of-abortion-rights-in-america-rests-with-louisiana/>;

¹³ <https://www.arcusfoundation.org/blog/social-justice-lgbt/uplifting-faith-based-lgbtq-activism-and-narratives-in-east-africa/>

¹⁴ <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/videos/the-future-of-feminism-hilary-pennington-with-geetanjali-misra/>; <https://www.padf.org/events/reimagining-funding/>

¹⁵ *Las organizaciones internacionales en la creación y permanencia de las dictaduras del siglo XXI en las Américas*, <https://www.infobae.com/america/opinion/2023/01/16/las-organizaciones-internacionales-en-la-creacion-y-permanencia-de-las-dictaduras-del-siglo-xxi-en-las-americas/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Apresentação: 15/05/2023 14:39:05.770 - CREDN

REQ n.41/2023

torturados e assassinados, a escravidão e o tráfico de pessoas o comprovam.

As ditaduras satélites de Cuba na Venezuela, Bolívia e Nicarágua, todas com centenas de presos políticos, milhões e milhares de exilados, repetem a infâmia dos crimes da ditadura de Castro transformada em Castro Chavista. São os cenários de incumprimento e descumprimento de deveres de organizações internacionais que se contentam com declarações que apenas consolidam a situação de “indefesa dos povos” e a “plena impunidade do crime organizado que detém o poder ditatorial”. [...]

A formulação de convite ao Dr. Sanchez Berzain faz-se ainda mandatária, pois ele acompanha e denuncia com frequência casos notório de violações aos direitos humanos na América Latina em que caracterizadas omissões e ações enviesadas da CIDH. É o que acontece, por exemplo, com a ex-presidente da Bolívia, Jeanine Añez, que se encontra presa pelo atual governo boliviano, ligado ao ex-presidente Evo Morales e ao regime cubano.

A filha de Jeanine Añez, Camila Ribeiro Añez, tem denunciado a prisão ilegal de que é vítima a mãe, acusada de golpe nas eleições de 2019 contra o ex-presidente Evo Morales (no poder desde 2006) que enfrentava naquele pleito uma onda de protestos por ser acusado de inúmeras fraudes eleitorais.

No último mês de março de 2023, membros da CIDH participaram de uma sessão de desagravo público em homenagem a servidores do Tribunal Superior Eleitoral da Bolívia acusados de compactuar com as fraudes de Evo Morales em 2019. A presença de membros da CIDH na sessão, como a do comissionado Joel Hernandez Garcia, causou comoção entre os perseguidos políticos do regime boliviano¹⁶.

Os fatos apresentados colocam em xeque a transparência e a independência que se espera da entidade incumbida de zelar pelo cumprimento dos tratados internacionais de direitos humanos no continente.

¹⁶ *El escándalo de Joel Hernández García y la CIDH en Bolivia* <https://elmundo.uy/contenido/1097/el-escandalo-de-joel-hernandez-garcia-y-la-cidh-en-bolivia>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Outrossim, a manipulação reiterada de funções e atribuições da CIDH em favor de determinadas agendas políticas podem configurar ainda violação aos princípios do direito internacional, como prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos, os quais também devem ser zelados pelo Estado brasileiro, segundo o art. 4º da nossa Constituição.

Nesse sentido, propõe-se a presente audiência pública com o fim de debater o aparelhamento do sistema interamericano de defesa e promoção dos direitos humanos que tem diante de si o enorme desafio de zelar pela defesa e promoção dos direitos humanos num continente tomados por nações que passam por graves crises originadas em governos autoritários de esquerda, ao mesmo tempo em que pesam contra este mesmo sistema denúncias quanto à autonomia decisória e administrativa dos seus órgãos.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2023.

Deputada Caroline De Toni
Partido Liberal/SC

Apresentação: 15/05/2023 14:39:05.770 - CREDN

REQ n.41/2023

* CD 236812330200 *
exEdit

